

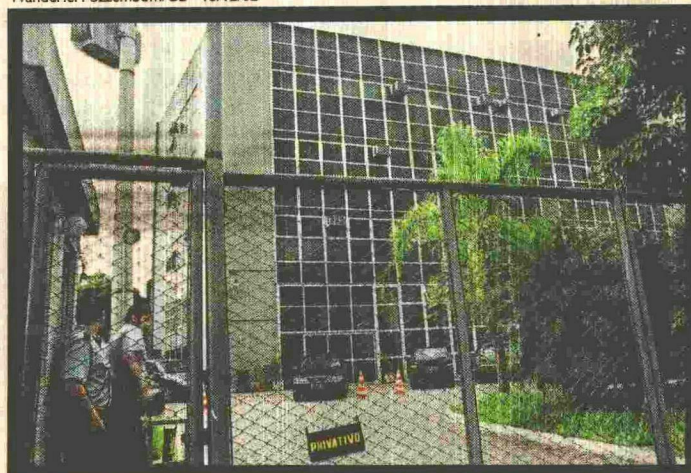
Chefes do ICS viram réus

DF - Corrupção

FERNANDA ODILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

Wanderlei Pozzembom/CB - 18/12/02



FACHADA DA SEDE DO ICS, NO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO DO DF

Três semanas depois da Operação Candango, quatro dos 12 presos pela Polícia Federal — acusados de desvio de dinheiro do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) — já respondem na Justiça pelos crimes de peculato e lavagem de dinheiro. Na lista dos réus, estão o presidente do ICS Lázaro Severo Rocha e o ex-presidente da entidade e ex-secretário do Governo do Distrito Federal, Ronan Batista de Souza. Enquanto os primeiros alvos da Operação Candango são processados, uma nova frente de investigação está em curso. Na mira, estão as ligações do esquema fraudulento do ICS com outras pessoas, entre elas autoridades públicas.

Servidores da entidade fazem na manhã de hoje assembleia para discutir o próprio futuro. Cerca de 8,8 mil pessoas contratadas pelo ICS trabalham no GDF e temem perder o emprego com a investida da força-tarefa que defende o fim dos contratos, classificados de irregulares. Investigação de uma força-tarefa concluiu que, nos últimos três anos, R\$ 25,8 milhões de recursos repassados pelo GDF e pelo Ministério da Saúde foram parar na conta de pessoas e de empresas ligadas aos dois dirigentes. O MP promete ajuizar outras novas sete ações contra os suspeitos presos pela Polícia Federal no dia 17 de outubro. Doze dos 13 acusados de participar do esquema, entre parentes, sócios e amigos dos dirigentes do ICS, ficaram dois dias detidos na carceragem da PF e foram soltos por decisão judicial. Um deles se apresentou espontaneamente à polícia e se livrou da

prisão por ter sido beneficiado por habeas corpus.

Nesse primeiro movimento dos promotores de Justiça, Ronan aparece como réu em duas ações criminais. Numa delas, responde por peculato — desvio de dinheiro público — e lavagem junto com George Ibrahim Obeid. Ex-sócio de Ronan na empresa Obeid Alimentos, que funcionou em Brasília ensacando arroz e feijão, Obeid foi acusado de levar o negócio à falência por vender mercadoria de terceira qualidade com preço de primeira.

Na outra ação, Ronan responde também por falsidade ideológica ao lado de Lázaro Severo Rocha e Elson José de Almeida. Elson é sócio de Lázaro na Comercial Almeida e proprietário de outras empresas. A Comercial funciona em Valparaíso de Goiás numa sala com duas mesas, um computador e um telefone. De acordo com funcionários, é especializada em prestar serviços de manutenção de ar-condicionado e vender bebidas. Suspeita-se que tenha sido criada, inicialmente, ape-

nas para receber dinheiro público, repassado pelo GDF e desviado dos cofres do ICS.

Na última sexta-feira, o juiz substituto da 1ª Vara Criminal, Márcio Rocha, aceitou a denúncia do MP, decretou segredo de Justiça nos dois processos e determinou que se marcasse data para os interrogatórios. Promotores responsáveis pelo caso — investigado desde 2002 por uma força-tarefa formada pela Receita, polícia e Ministério Público — prometeram abrir mais processos criminais. A decisão de fragmentar as denúncias partiu dos próprios promotores, para agilizar o trâmite na Justiça.

RONAN, EX-PRESIDENTE DO ICS, APARECE COMO RÉU EM DUAS AÇÕES CRIMINAIS: PECULATO E LAVAGEM DE DINHEIRO



Marcelo Ferreira/CB - 17/10/06

ABSOLVIÇÃO NO TRE

A governadora Maria de Lourdes Abadia (PSDB) foi absolvida da acusação de uso da máquina administrativa durante a campanha pelo principal posto do Palácio do Buriti. Ontem, os juízes e desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), por unanimidade, entenderam que faltaram provas para condenar a governadora. Em setembro deste ano, um fax enviado do gabinete da secretária de Educação, Vandercy de Camargos, indicava que servidores estavam sendo recrutados para participar de uma carreta com o presidencial tucano Geraldo Alckmin.

MEMÓRIA

Denúncias de corrupção

Antes do atual e do ex-presidente do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) serem presos em outubro deste ano, acusados de desvio de dinheiro da entidade, denúncias e acusações já haviam deixado marcas

na história do ICS. Foi preciso montar uma força-tarefa de promotores, procuradores, policiais federais e técnicos da Receita para analisar contratos suspeitos do ICS com o GDF.

Antes de ganhar o nome ICS, a entidade, criada em 1971, começou os trabalhos como Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Cinco anos mais tarde, transformou-se em Proteção

e Ação Social (PAS), quando coordenou a transferência de sem-casa para a recém-criada Ceilândia. Em 1991 ganhou o nome de Programa de Vivência Integrada e, a partir de abril de 1995, firmou-se como ICS.

As primeiras acusações graves contra o instituto surgiram no governo de Cristovam Buarque. O MP conseguiu provar que houve contratação irregular de

mão-de-obra na implementação do programa Saúde em Casa. Em 2002, o ICS foi alvo de uma operação da Polícia Federal, que cumpriu mandatos de busca e apreensão em duas empresas contratadas pela entidade. A suspeita era de que essas empresas, contratadas pelo GDF, prestaram serviços à campanha de reeleição de Joaquim Roriz. Ele foi absolvido das acusações.